

ATA Nº 17/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 09/07/2026
----------------	------------------	------------------

Às 14 h do dia 09/07/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

- Item 01** – Avaliação do Relatório Semanal “Focus” do Banco Central do dia 03/07/2026;
- Item 02** – Avaliação do cenário macroeconômico, da carteira de investimentos do Fundo de Previdência e da “Análise Técnica – Índice IRF-M” elaborada pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;
- Item 03** – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber até o dia 10/07/2026;
- Item 04** – Acompanhamento do Fundo Itaú Institucional RF Referenciado DI;
- Item 05** – Análise do Ofício Circular DCF nº 26/2026 do TCE/RS.

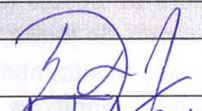
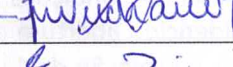
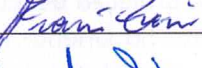
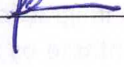
Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	Para o ano de 2027:
IPCA – Diminuição	IPCA – Aumento
PIB (% de crescimento) – Estabilidade	PIB (% de crescimento) – Aumento
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Estabilidade	IPCA Administrados (%) – Estabilidade
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Aumento	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi reduzida para 5,30%, ante 5,33% na semana anterior. Já a estimativa para o IPCA de 2027 aumentou de 4,17% para 4,18% de uma semana para outra. A perspectiva para o crescimento do PIB em 2026 se manteve em 1,99%. Para 2027, a expectativa de aumento do PIB foi elevada de 1,68% para 1,69%. As estimativas para o fechamento do câmbio da relação R\$/US\$ para 2026 e 2027 permaneceram em R\$ 5,20 e R\$ 5,28, respectivamente. Da mesma forma, as projeções para a taxa Selic ao final de 2026 e 2027 se mantiveram em 14% a.a. e 12% a.a., respectivamente. A perspectiva para a variação do IGP-M de 2026 diminuiu de 6,15% para 5,68%. A projeção para o IGP-M de 2027 ficou estável em 4,10%. As estimativas para o IPCA administrados de 2026 e 2027 se mantiveram em 5% e 3,86%, respectivamente. A expectativa de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026 aumentou para 69,84% do PIB, ante 69,82% do PIB na semana anterior. Já para 2027, houve redução da projeção de DLSP, de 73,44% para 73,40% do PIB. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 54,99%; IPCA+Juros – 19,60%; IMA-B – 7,97%; IRF-M – 13,02% e IRF-M1 – 4,41%.** Na última semana, a curva de juros futuros teve uma leve queda nos vértices curtos e pouca oscilação em vencimentos médios e longos. Nos Estados Unidos, segundo o relatório *Jolts* (Pesquisa de Vagas de Emprego e Rotatividade de Pessoal), a abertura de postos de trabalho subiu para 7,594 milhões em maio, acima da previsão de 6,975 milhões. Já para o mês de junho, o relatório da *Automatic Data Processing* (ADP) mostrou a criação de 98 mil empregos no setor privado, abaixo das 118 mil vagas esperadas, mas com queda acentuada nas demissões planejadas, indicando condições estáveis no mercado de trabalho. Da mesma forma, o *Payroll* (folha de pagamento) evidenciou abertura de 57 mil postos de trabalho fora do setor agrícola em junho, uma desaceleração maior que a projeção de 110 mil; isto porque as empresas têm enfrentado incertezas ante questões tarifárias e o conflito no Oriente Médio, mesmo assim estão relutantes em demitir funcionários devido às dificuldades para contratar no pós-Covid. A taxa de desemprego, por sua vez, caiu para 4,2%, sinalizando uma estabilidade contínua, que pode estar sendo auxiliada pela redução da força de trabalho gerada pela repressão à imigração. Antes desses dados, a probabilidade de que o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) aumentasse os juros em setembro era de 50,7%; após, os analistas ainda não entraram em consenso. No Brasil, houve abertura de 72.960 vagas formais de emprego em maio, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), abaixo da expectativa de 115 mil. Por sua vez, a taxa de desemprego caiu para 5,6% no trimestre móvel encerrado em maio, ante 5,8% em fevereiro, sendo o menor para o mês desde o início da série. Quanto aos dados fiscais, o setor público consolidado registrou um déficit primário de

R\$ 56,1 bilhões em maio. A dívida bruta subiu para 81,1% do PIB, acima dos 80,7% esperados, e maior patamar desde 2021. Em 2025, a dívida pública federal havia crescido 18%, a maior alta desde 2015, superando o endividamento adquirido em 2020 (alta de 17,9%), ano da pandemia. Apesar dos sucessivos recordes de arrecadação, as despesas do governo vêm crescendo em ritmo superior ao da receita e o mercado já vem cobrando remunerações mais altas para financiar o Tesouro – o que aumenta as taxas dos títulos públicos de longo prazo –, evidenciando a urgência em equilibrar as contas públicas. Na renda variável, o IBOV já cai 0,60% nesse início de julho até o dia 08/07/2026, quando fechou em 170.653 pontos. No ano, o índice ainda apresenta retorno positivo de 6,30%. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, esta se encontra diversificada, mas, de forma a melhor analisar sua composição, o Comitê passou a deliberar acerca da “Análise Técnica – Índice IRF-M”, elaborada pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda. Tendo em vista os recentes acontecimentos e a volatilidade vista no mercado, a consultoria recomendou a manutenção do índice IRF-M na carteira. Aliado a isto, verificou-se que a ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada pela ANBIMA – vem apresentando taxas mais elevadas que a taxa Selic meta definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para os horizontes de médio e longo prazo, enquanto o Boletim Focus apresenta expectativas de queda nos juros, evidenciando uma possibilidade de obtenção de retorno positivo para títulos pré-fixados – que compõem o IRF-M. Dessa forma, entendeu-se adequado manter a diversificação atual do portfólio, considerando que o índice, até então, compõe a estratégia de diversificação, também para o exercício de 2027, considerando a expectativa de redução da taxa de juros trazida pelo Relatório Focus. **Item 03** – Em relação aos valores a receber até o dia 10/07/2026, referentes ao aporte para amortização do passivo atuarial, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos Financeiros a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., CNPJ: 11.061.230/0001-87, cujo *benchmark* é o CDI, de modo a manter a prudência na alocação dos recursos. Ainda, tendo em vista o Ofício Circular DCF nº 26/2026 do TCE/RS, a alocação visa um ativo cuja taxa de administração seja adequada, ou seja, a menor possível de acordo com as características do fundo, e o nível de rentabilidade possa ser comparado com produtos de outras instituições credenciadas. Quanto aos recursos de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., em conta de fluxo financeiro, para recomposição de parte do montante necessário para o pagamento da folha de benefícios previdenciários. **Item 04** – A Itaú Asset, por meio do Itaú Unibanco S.A., emitiu novo comunicado acerca do Fundo Itaú Institucional RF Referenciado DI, informando que o mesmo voltou a atender aos critérios regulatórios de enquadramento para aplicação por RPPS, não sendo imperativo o seu resgate por desenquadramento passivo. **Item 05** – Considerando a determinação contida no Ofício Circular DCF nº 26/2026 do TCE/RS, o Comitê de Investimentos realizará análise de todos os fundos de investimento em carteira, quanto às taxas de administração, gestão e distribuição, comparando-as com produtos similares de instituições credenciadas. Além disso, deverá ser formulada consulta à empresa Gestor Um para que se pronuncie sobre pontos específicos de dúvidas trazidas pelo teor do referido ofício, em especial, quanto à forma correta para aferição do que podem ser consideradas “*taxas de administração significativamente superiores à média praticada pelo mercado para produtos equivalentes*”. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 17/07/2026

De acordo: 09/07/26


Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ATA Nº 18/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 17/07/2026

Às 14 h, do dia 17/07/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifermann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

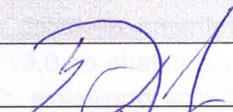
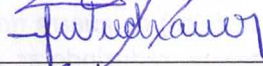
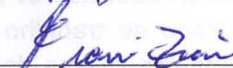
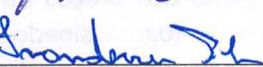
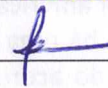
Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Junho/2026, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a junho de 2026. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifermann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 0,62% em junho, ante uma meta atuarial de 0,61% para o mês. Para Sérgio, os títulos públicos brasileiros tiveram desempenhos fracos no mês de junho, mesmo com o cessar-fogo (já desfeito) da guerra no Oriente Médio. Durante o mês, os preços do petróleo voltaram ao patamar pré-guerra, reduzindo as pressões sobre a inflação global. Por outro lado, o intenso fenômeno El Niño e o mercado de trabalho aquecido seguem impedindo que a inflação brasileira convirja para a meta. A queda dos preços do petróleo no mercado internacional, decorrente da iminência de assinatura do cessar-fogo assinado em junho, foi bastante intensa, reduzindo os riscos de o *Federal Reserve* (Fed, banco central americano) elevar seus juros na sua próxima reunião. Esta forte queda não significa, no entanto, que há uma perspectiva de estabilização dos preços do petróleo no médio prazo. O recente rompimento do acordo de cessar-fogo poderá novamente injetar volatilidade no mercado, à medida que o livre tráfego de navios no Estreito de Ormuz possa ser ameaçado. Os baixos estoques de petróleo em alguns países, somados aos danos a infraestruturas importantes de produção de combustíveis, também são fatores de pressão tanto do lado da oferta quanto da demanda, contribuindo para que o petróleo volte a subir. Por enquanto, a alta da *commodity* foi razoavelmente discreta, não oferecendo riscos para o andamento da política monetária dos Estados Unidos. Seu sucesso militar e político no conflito contra o Irã será determinante para a manutenção deste cenário. O impacto da queda do petróleo na economia brasileira possui dupla importância. Ao mesmo tempo que há uma perspectiva de queda de arrecadação tributária decorrente da exportação do produto, seu menor patamar pode significar o fim das subvenções aos combustíveis, de forma a não comprometer o resultado fiscal de 2026. No que tange à atividade econômica, os indicadores trimestrais apontam para uma estabilização no crescimento e no mercado de trabalho. De acordo com o Relatório Focus, o crescimento previsto pelo mercado em 2026 é de 1,99%, enquanto a taxa de desemprego permanece renovando mínimas históricas, mesmo com taxas de juros bastante restritivas. A taxa Selic foi reduzida para 14,25% a.a. na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, e, até o rompimento do cessar-fogo no Oriente Médio, o mercado dava como muito provável mais uma redução na reunião do mês de agosto. Novamente, o comportamento do preço do petróleo será determinante para esta decisão. Os índices de preços dos títulos públicos tiveram performances ruins em junho, especialmente os indexados à inflação. A combinação de incerteza política com o baixo IPCA verificado em junho (0,16%), prejudicou índices como o IMA-B5+ e o IMA-B, que caíram 1,04% e 2,05%, respectivamente. O IRF-M e IRF-M1+ tiveram crescimento de 0,69% e 0,52% no mês, enquanto o CDI subiu 1,12% no mesmo período. O Ibovespa caiu 1,01% em junho, o quarto mês consecutivo de queda, reduzindo os ganhos de

2026 para 6,76%. **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de junho/2026, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 55,30%; IPCA+Juros – 19,40%; IMA-B – 7,94%; IRF-M – 12,97%; e IRF-M1 – 4,38%**. Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra com uma diversificação adequada, sem a necessidade de realocações no momento. A composição ainda predominante em índice CDI reforça a prudência do Instituto com os recursos previdenciários, mantendo uma rentabilidade adequada, visto a ainda elevada taxa de juros básica; enquanto a manutenção dos índices IRF-M e IMA-B, embora oscilem, buscam um retorno adicional ante o diferencial da curva de juros e as expectativas do Boletim Focus, conforme exposto na última reunião. Adicionalmente, o Comitê de Investimentos aguarda a conclusão e apresentação do estudo de ALM contratado, para que possíveis movimentações na carteira possam estar melhor embasadas. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 28/07/2026

De acordo: 17/07/26.



Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 19/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 28/07/2026

Às 14 h do dia 28/07/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório “Focus” Semanal do Banco Central do dia 24/07/2026;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de julho/2026;

Item 03 – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/08/2026;

Item 04 – Aplicação dos recursos a receber referentes ao Parcelamento de Débitos Previdenciários.

Resoluções:

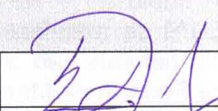
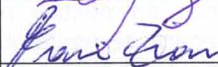
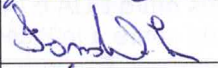
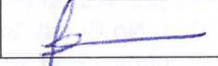
Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO

Para o ano de 2026:	Para o ano de 2027:
IPCA – Diminuição	IPCA – Aumento
PIB (% do crescimento) – Estabilidade	PIB (% do crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Aumento
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Aumento
Preços Administrados (%) – Estabilidade	Preços Administrados (%) – Aumento
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Diminuição	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi reduzida para 5,12%, ante 5,15% na semana anterior. Para 2027, a expectativa de aumento no índice de preços subiu, de 4,20% para 4,22% de uma semana para outra. A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 se manteve em 1,99%. Já para 2027, os agentes reduziram a expectativa de crescimento do PIB para 1,60%, ante 1,65% na semana anterior. A expectativa para o fechamento do câmbio em 2026 permaneceu em uma relação R\$/US\$ de 5,20. Para 2027, foi elevada a precificação do dólar, de R\$ 5,28 para R\$ 5,29. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal em 2026 e 2027 permaneceram em 14% e 12% a.a., respectivamente. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2026 caiu para 5,42%, ante 5,55% na semana anterior. Para 2027, houve aumento na perspectiva de IGP-M, de 4,12% para 4,16%. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2026 se manteve em 5%. Para 2027, o mercado elevou a estimativa de alta nos preços administrados para 3,90%, ante 3,85% na semana anterior. Acerca da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB, a expectativa para 2026 foi reduzida de 69,82% para 69,80%. Para 2027, a projeção de DLSP permaneceu em 73,40% do PIB. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 55,43%; IPCA+Juros – 19,37%; IMA-B – 7,88%; IRF-M – 12,93% e IRF-M1 – 4,39%.** Embora no começo do mês tenha apresentado queda considerável, nas duas últimas semanas, a curva de juros futuros voltou a se elevar. Nos Estados Unidos, o Índice de Gerentes de Compras (PMI) composto preliminar de julho avançou para 53,6. O setor de serviços apresentou melhora; a indústria, contudo, desacelerou por conta de pressões inflacionárias nos custos dos insumos e atrasos nas entregas de fornecedores. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI) caiu 0,4% em junho, queda mais acentuada que a esperada de 0,1%. Em 12 meses, porém, o índice sobe 3,5%, bastante acima da meta de 2%. O Índice de Preços ao Produtor (PPI) também apresentou queda em junho, de 0,3%. O núcleo do índice, porém, subiu 0,1%. Na base anual, o PPI avançou 5,5%. O presidente do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) se manifestou acerca desses dados recentes, considerando-os “medidas imperfeitas”, já que os índices mensais não condizem com o quadro geral preocupante. Nessa semana, ainda, ocorre a reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do *Fed*. A previsão do mercado é de que haja divergências para a definição de política monetária. Há viés de alta na taxa de juros básica; o momento, porém, que isso acontecerá, se nesta ou na próxima reunião, ainda é incerto. Retomadas seguidas de pausas, e vice-versa, nos ataques entre EUA e Irã vêm causando oscilação nos preços do petróleo e gerando dúvidas acerca do nível de pressão sobre a inflação que ainda será enfrentada pela autoridade. Soma-se a isso o anúncio de novas tarifas impostas por Trump e o *boom* de demanda impulsionado pela Inteligência Artificial (IA), que justificariam juros mais altos. No Brasil, tanto a inflação cheia do mês de junho quanto a prévia da inflação de julho vieram abaixo das expectativas. O IPCA de junho subiu 0,16%, quando era esperada alta de 0,31%. O IPCA-15 de julho avançou 0,06%, enquanto as projeções indicavam aumento de 0,21%. Em 12 meses, o IPCA-15 acumulou alta de 4,52%, menor que o índice até junho, mas ainda acima do teto da meta de inflação (meta de 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual). Esses dados, porém, não direcionam as projeções do mercado para a próxima decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. O colegiado não tem

sinalizado se continuará o ciclo de cortes ou promoverá uma pausa na calibração dos juros. O que vem sendo reafirmado pelo presidente do Bacen é que a decisão dependerá do acompanhamento dos dados e da análise das trajetórias para o cumprimento da meta. Galípolo, em participação ao evento Expert XP, também mencionou os possíveis efeitos inflacionários da IA (pressão em investimento, custos operacionais e demanda por energia) e a ampliação do crédito às famílias, que é pouco sensível à política monetária. O mercado, contudo, pode adicionar na conta o panorama fiscal. Segundo o Monitor de Expansão Fiscal Ampliada (MEFA), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o impulso fiscal mais que dobrou no segundo trimestre deste ano, chegando a 4,52% do PIB (ante 2,19% registrados no primeiro trimestre). Essa expansão fiscal não aparece integralmente no resultado primário, o que pode ser percebido ao comparar 2022 com 2026. Segundo o levantamento, "o resultado primário acumulado em doze meses passou de superávit de 0,77% do PIB em junho de 2022 para déficit estimado de 1,05% do PIB em junho de 2026. Isso representa uma deterioração de 1,82 ponto percentual do PIB [...] Em junho de 2022, o MEFA correspondia a 1,43% do PIB. Em junho de 2026, alcançou 6,70% do PIB. O indicador, portanto, aumentou 5,27 pontos percentuais do PIB". Essa injeção de recursos pode ajudar a sustentar demanda agregada, atividade econômica, emprego e renda familiar, mas torna a queda da inflação mais lenta, reduz o espaço para cortes na Selic e pressiona a trajetória da dívida pública e os prêmios de risco dos ativos domésticos. Na renda variável, o Ibovespa voltou a subir, fechando, no dia 27/07/2026, aos 175.334 pontos. A alta no mês é de 1,92%, e no ano o retorno é positivo em 8,82%. Quanto à avaliação das aplicações da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra adequadamente diversificada. A composição predominante em fundos cujo *benchmark* é o CDI corroboram a posição conservadora do IPASSP-SM. Ao mesmo tempo, a manutenção de índices mais voláteis, como IRF-M e IMA-B, apoiam-se na perspectiva ainda trazida pelo Boletim Focus de queda da taxa de juros básica, enquanto a curva de juros futuros se mantém elevada (curva apontando juros acima de 14% a.a. para dez/2027 e Boletim Focus com projeção de 12% a.a.), indicando um diferencial que pode trazer uma rentabilidade positiva satisfatória nesses índices para o Instituto. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de julho/26, o Comitê de Investimentos sugere ao Gestor de Recursos Substituto o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 27/07/2026, se encontrava em R\$ 5.112.894,46. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, vinculado à taxa de administração. **Item 03** – Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até a próxima reunião, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta de fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos valores para pagamento da folha de benefícios. Em relação aos recursos recebidos referentes à Taxa de Administração, recomenda-se a aplicação no Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos antes da próxima reunião, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta de aportes, de modo a manter a prudência na aplicação dos recursos. **Item 04** – Em relação aos recursos advindos do parcelamento de débitos das contribuições previdenciárias suplementares em forma de aporte (Lei Municipal n.º 7.160/2026), a receber até o dia 31/07/2026, no montante de R\$ 1.045.800,04, recomenda-se que sejam aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP RL, vinculado à conta de aportes. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 07/08/2026

De acordo: 29/07/26


Alexandre Niederauer
Gestor de Recursos Financeiros Substituto
CP RPPS CGINV I